

DOS AROMAS, DA LUMINOSIDADE E DA MISÉRIA DE MADZUKANE AO FUNDO SOBERANO

Gabriel Muthisse

INTRODUÇÃO

Este texto toma como ponto de partida a experiência da minha aldeia natal, Madzukane. Partindo desta, o texto pretende ser uma reflexão sobre os desafios da exploração de recursos naturais não renováveis em Moçambique, com realce para a eventual emergência da chamada “doença holandesa” e daquilo que o consenso mais difundido apresenta como a principal panaceia: “o Fundo Soberano”. Sem ser um texto académico, começa com uma breve apresentação dos debates em torno da doença holandesa e do Fundo Soberano. Em seguida, apresenta-se a realidade de Madzukane e, finalmente, a maneira como esse Fundo Soberano se encaixa nessa realidade que, afinal, é a dos vários Madzukanes que conformam o nosso País. O texto discute, então, a pertinência de um Fundo Soberano, num contexto de pobreza extrema como o de Moçambique, e de como a decisão sobre a sua criação pode (e deve) equilibrar as necessidades do presente e as das próximas gerações. Numa discussão sobre como a exploração dos recursos naturais não renováveis pode beneficiar as gerações vindouras, haveria que examinar se tal só seria possível com a constituição de um Fundo Soberano, como costuma ser entendido, e se isso não seria possível através do uso dos recursos gerados para propiciar uma economia mais produtiva, diversificada, que cria empregos e riqueza para hoje e amanhã.

“DOENÇA HOLANDESA” E FUNDO SOBERANO

Moçambique tem à sua frente um imenso potencial para se destacar como um importante actor mundial nos campos de produção e exportação de gás natural. Contudo, a descoberta do enorme potencial neste sector extractivo não pode ser tomado somente como boa notícia. Quando um país não possui instituições políticas e económicas fortes, os efeitos benéficos da exploração de uma riqueza como esta podem vir a ser anulados e a maioria da população deixada de lado do processo de distribuição dessa riqueza. Isso também pode desencadear desequilíbrios macroeconómicos que em nada, ou em muito pouco, contribuem para o

desenvolvimento da economia e da qualidade de vida da população do País. Existem exemplos de países pelo mundo que têm a exploração e exportação de petróleo ou gás como principal actividade de suas economias e se encontram em condições económicas e sociais precárias, com baixo nível de distribuição das riquezas advindas desses recursos. Seja como for, as vantagens dessa indústria são inquestionáveis:

- (i) Auto-suficiência de produção de gás e de derivados
- (ii) Aumento do nível de investimentos - Serão necessários vultuosos investimentos, tanto nacionais quanto estrangeiros, para desenvolver e preparar a indústria para os desafios e necessidades da exploração de todo o potencial do gás
- (iii) Desenvolvimento da indústria nacional, com foco na de petróleo e gás e das suas cadeias de fornecedores, ligações a montante
- (iv) Aumento do investimento em pesquisa e desenvolvimento
- (v) Aumento no número de postos de trabalho, para atender à demanda da expansão da produção de gás nos próximos anos
- (vi) Aumento da renda do Governo - A apropriação das rendas do gás por parte do Estado poderia dar-se nos regimes de concessão e de partilha pelo pagamento de *royalties*, bônus de assinatura, participação especial, etc.
- (vii) Redução da vulnerabilidade externa - Em várias ocasiões, o desenvolvimento de países periféricos, como Moçambique, esbarra na restrição externa e é interrompido por crises na Balança de Pagamentos. As perspectivas de receitas futuras com as exportações líquidas do gás têm um papel importante na redução dessa restrição externa.

Apesar de a descoberta de uma riqueza dessa magnitude nos permitir vislumbrar um futuro promissor, temos de analisar também os aspectos negativos que tal expansão na produção e exportação de gás pode trazer para a nossa economia e, conseqüentemente, para todos os moçambicanos. Principalmente depois de sabermos que outros países, nas mesmas condições, que também descobriram riquezas de igual importância, não lograram sair da miséria.

A gestão da exploração do gás e a aplicação das respectivas receitas determinarão o legado que ficará para o desenvolvimento socioeconómico do País. Será o Fundo Soberano a panaceia mágica para esse desiderato? Há muitos debates sobre isso, cujas respostas não são consensuais, sobretudo no que concerne à natureza, características e objectivos desses Fundos, que existem desde a década de 50. O seu objectivo era acumular receitas de exploração dos recursos naturais para uso futuro. Entre os principais motivos para a sua criação destaca-se a existência de altos *superavits* oriundos da conta corrente e a diminuição dos riscos que se supõe poderem atingir a economia no futuro.

Um dos mais importantes aspectos de debate, quando se avaliam os riscos futuros da exploração de recursos como o gás, é exactamente o que se convencionou designar “doença holandesa”. Segundo Bresser-Pereira (2008), um dos sintomas dessa doença seria a desindustrialização que

teria como uma das principais causas a sobrevalorização da taxa de câmbio que penaliza a competitividade da indústria nacional. Este cenário, combinado com o aumento repentino das exportações, prefiguraria a “doença holandesa”.

É importante, todavia, notar que Moçambique experimentou um processo de destruição da sua indústria nascente, a partir dos meados da década 80, sem que tal tivesse qualquer relação com a exploração de recursos naturais não renováveis como o gás. A reestruturação da economia mundial, que a chamada Globalização trouxe, talvez tenha tido mais efeitos na desindustrialização de países como o nosso do que a chamada “doença holandesa”. Pode até ser que um planeamento adequado da nova realidade trazida pela exploração dos recursos não renováveis abra novas possibilidades para a diversificação da economia de países como Moçambique. Ademais, no meio de um consenso quanto à prevalência generalizada desta doença, estudos específicos e que olhem para a realidade de cada país mostram-se assaz necessários para demonstrar, sem margem para dúvidas que, por exemplo, o nível de participação da indústria de transformação doméstica reduz ou mantém-se em relação ao PIB, num contexto de exploração e exportação de gás. Estudiosos moçambicanos têm-se debruçado em estudos interessantes sobre este fenómeno. Por exemplo, Muianga (2019) procura sistematizar o debate sobre a exploração de recursos naturais na economia de Moçambique ao longo de uma década de publicação da série Desafios para Moçambique. Igualmente, Castel-Branco (2015, pp. 149–150) conclui na sua análise que:

«Para proporcionar a melhoria substancial da qualidade de vida dos grupos sociais de menor rendimento, o padrão de crescimento económico deve reunir duas condições básicas. Primeiro, os custos sociais de subsistência e reprodução da força de trabalho têm de baixar. Segundo, os salários ou outros rendimentos dos trabalhadores têm de exceder os custos sociais de subsistência e reprodução da força de trabalho. Estas duas condições têm de ser replicadas em toda a economia, e não apenas num núcleo dominante e afunilado. Ora, isto é inconsistente com o domínio da economia por um núcleo extractivo e requer um processo de acumulação assente em dinâmicas amplas, diversificadas e articuladas de industrialização, que também visem a satisfação das necessidades de consumo que correspondem aos ritmos, fases e padrões de acumulação.»

Há também estudos, como os de Nassif (2008), que mostram que nem sempre é assim. Outros estudos não se mostram por enquanto conclusivos no que concerne aos riscos a longo prazo, inerentes à tendência de sobrevalorização da moeda em relação ao dólar em termos reais. Embora tais riscos estejam associados a uma possível deflagração de um processo precoce de desindustrialização, casos houve em que, a curto e a médio prazo, tal não passaria de meras conjecturas, embora seja necessário continuar a avaliar os seus efeitos a longo prazo. Por exemplo, Nakahodo & Jank (2008) procuraram, numa pesquisa que dirigiram, discutir as

questões relacionadas à “doença holandesa” no Brasil, e a desindustrialização evidenciada na pauta exportadora do País, e também uma apreciação da moeda causada pelo aumento do valor das exportações de *commodities* sobre as exportações. Para tal, os autores valem-se de dados empíricos que contemplam o perfil e a dinâmica da balança comercial brasileira. Os autores concluem que os argumentos sobre a existência da doença holandesa na economia não são baseados em pesquisas empíricas, e sim em impressões. Eles utilizam como base para esta conclusão as análises feitas por eles dos dados empíricos utilizados da balança comercial de duas décadas. Afirmam que as exportações brasileiras de *commodities* e produtos diferenciados (não *commoditizados*) cresceram em média 6,8 % ao ano desde 1996 e mais do que o dobro desta taxa no último quinquênio. As *commodities* crescem um pouco mais (8,5 % ao ano) do que os produtos diferenciados (5,6 % ao ano). Entretanto, fazem uma ressalva de que dentre estes produtos, os sectores de alta e média tecnologia, como aviões, equipamentos de telecomunicações e veículos automotores mostram um surpreendente dinamismo exportador. Outro aspecto importante destacado pelos autores é que a mensuração dos preços das *commodities* é feita por meio de índices que atribuem um peso excessivo aos produtos energéticos, por isso deve ser descartada, pois é enviesada. Logo valem-se de uma mensuração dos preços internacionais por meio de um índice formado pelo peso relativo da cesta de exportações que compuseram as exportações brasileiras no período 1996-2005, no caso do Brasil muito mais carregadas no segmento agropecuário e agroindustrial. Tal índice mostra que os preços dos produtos em que o Brasil apresenta vantagem comparativa tiveram altas bem menos expressivas do que o alardeado pela maioria dos especialistas, com exceção do minério de ferro e do petróleo, cujas cotações nos mercados internacionais de facto subiram de forma expressiva. Outro argumento que invalida a teoria de desindustrialização é o aumento dos *superavits* da balança comercial nos produtos diferenciados a partir de 2002, pela recuperação do emprego industrial a partir do segundo semestre de 2004 e pela contestação da ideia utilizada por outros autores de que a produção de *commodities* não seria também um processo industrial. Em relação a este último ponto, os autores contestam tal ideia tida como “simplista” e discutem o facto de que existe uma rede de indústrias de insumos, máquinas e processamento de produtos, além do apoio de inúmeros serviços de suporte.

Tal como a maioria dos autores, Nakahodo & Jank (2008) também destacam os efeitos perversos que a apreciação cambial traz à economia, principalmente sobre a indústria, a longo prazo. Mesmo discordando que tal apreciação se dê devido às causas que dão suporte à “doença holandesa”, eles também apoiam a ideia de que caso não sejam tomadas medidas, tal câmbio valorizado pode, a longo prazo, ter efeitos contraproducentes.

Este debate, aliado à realidade dos Madzukanos deste país, mostra que a realidade sobre a doença holandesa, mais especificamente sobre a desindustrialização (que na verdade afectou-nos sem ter relação com os recursos não renováveis) e o Fundo Soberano como panaceia universal devem ser relativizados.

OS AROMAS, A LUMINOSIDADE E A MISÉRIA DE MADZUKANE

Sim, reconheço que não o soube sempre. Demorei décadas a descobri-lo, mas já não tenho nenhuma dúvida de que a magia e o encanto de Madzukane radica na sua luminosidade e no seu cheiro. Quem passou daquela terra e assistiu os raios do Sol incidindo na sua vegetação de um verde intercalado por flores de todas as cores do arco-íris terá de admitir que possui uma luz própria, densa, fresca e calorosa ao mesmo tempo, e uma luminosidade exuberante que a diferencia de todas as terras do mundo. A lembrança dessa luminosidade é mais vívida, talvez pelo contraste que inconscientemente evoca, quando vejo as gentes daquela terra cultivando a sua fome com as mesmas enxadas cansadas que os seus avoengos usaram para cultivar as fomes de antigamente.

ESTE É O PRESENTE DE MADZUKANE...

O cheiro, que brota do seu solo húmido do orvalho matinal e noturno e da sua flora única, tem o condão de lhe emprestar essa sensação inconfundível que grava aquele pedaço do mundo no nosso ser e nas nossas lembranças. (É este ambiente do presente que me impede de sentir o futuro que o Fundo Soberano evoca.) É uma mistura mágica de aroma de cogumelo, de ananás, de caju, de amendoim, de mafurra, de manga, de amora, de laranja, de tangerina, do seu húmus único, da sua diversa vegetação e fauna. Agora posso distinguir as emanações daquele cheiro e a incandescendência única do seu céu azul, pois conheço as exalações de luz e cheiro de metade do mundo. E provavelmente apercebi-me que a luz e o cheiro de Madzukane me enredaram desde os primórdios da minha existência e, talvez, quando, criança ainda, calcorreava os seus sendeiros, as suas veredas, os seus caminhos, inalando como um adicto precoce aquelas sensações que me iriam acompanhar ao longo da minha vida e por todos os lugares por onde passei. Conheço a luz mortiça de Londres e o fedor pantanoso de muitas das nossas cidades ribeirinhas e costeiras. Conheço a luminosidade ácida de Beijing e o calor húmido e às vezes bafiento de Havana. Conheço a fragrância asséptica e o calor desértico e poeirento de Trípoli, do Qatar e do Dubai. Conheço os aromas fortes e récios, às vezes lembrando peixe e outras carne, de S. Paulo, Windhoek, Buenos Aires, Luanda e Tóquio. São inúmeros os aromas e as tonalidades de luz, de dezenas de países, que, em vez de apagar, sublimaram” ainda mais os cheiros e a luminosidade iniciáticos da minha terra. E, nos meus auto-exílios, imagino muitas vezes flutuando no céu azul-turquesa, os eflúvios de *massala* e *tinyeve*, de um cabrito a ser esfolado e o alento de uma aguardente de *mahimbi* que se amalgamam com todas as frutas, toda a flora, toda a fauna que aqueles solos ubérrimos convocam naquele nosso vasto chão. Solos ubérrimos que continuam a embalar os seus meninos, sentados no chão, em turmas apinhadas assistidas por professores tristes, de rostos

cansados, com as mentes mais ocupadas a rememorar dívidas impagáveis do que a prestar atenção à evolução dos seus educandos.

O aroma e a luminosidade sempre presentes de Madzukane repercutem em todo o meu ser com uma doce e perturbadora intensidade que contrasta com a perturbação com que constato como aquela terra se vai despovoando dos segmentos mais activos da sua população. Porque se agora evoco todas essas agradáveis sensações é porque, tendo agora chegado ao seu regaço maternal, vejo com imensa dor como rapazes e meninas, após terminarem o ensino básico ou a décima classe, a abandonam inexoravelmente. E não podia ser de outro modo, dada a falta de perspectivas de progresso individual e colectivo a que a situação de pobreza remete.

DE MADZUKANE AO FUNDO SOBERANO

E rememorando o cheiro e a luminosidade da minha terra veio-me a seguinte questão: como conciliar a necessidade de poupar para as gerações vindouras que está subjacente nos objectivos do Fundo Soberano em Moçambique com aquela de conferir dignidade às gentes deste vasto Moçambique prenhe de muitos Madzukanes? Com efeito, para o Fundo Soberano em Moçambique, foram identificados dois objectivos essenciais: (i) acumular poupança através da maximização do valor do fundo com vista a assegurar que as receitas dos recursos naturais não renováveis sejam repartidas entre várias gerações. Este objectivo responde à preocupação soberana relacionada com a conciliação das necessidades presentes com as das gerações vindouras, e (ii) contribuir para a Estabilização Fiscal, com vista a isolar o Orçamento e a economia dos impactos nefastos resultantes de flutuações dos preços das *commodities* nos mercados internacionais. Este segundo objectivo parte do pressuposto de que as receitas dos recursos naturais serão grandiosas e insusceptíveis de serem absorvidas razoavelmente pelo orçamento do Estado.

O Fundo Soberano seria, essencialmente, para olhar pelos interesses das próximas gerações? Os meninos de Madzukane continuariam a sentar no chão, por debaixo de árvores, em turmas de 90 alunos? Guardaríamos dinheiro para as futuras gerações enquanto miramos sobranceiramente a miséria e a fome das presentes gerações? Parece que se deve pensar numa outra perspectiva do Fundo Soberano, que contemple um quadro de desenvolvimento e que resulte de um debate muito mais amplo, além dos consensos ao nível do *establishment* interno e internacional (Governo, sociedade civil profissional e doadores). Esse debate deve ultrapassar questões gerais sobre quem vai gerir e como será gerido tal Fundo. Ademais, além de um Fundo para financiar desenvolvimento, é importante ter presente que existem outras tensões que afectam o progresso de um país como o nosso: como é que as nossas vantagens comparativas se transformam em vantagens competitivas, no contexto de uma economia globalizada fortemente competitiva? Como é que isso afectaria, por exemplo, a produção local

de alimentos tanto para o mercado doméstico como para a exportação? Como é que isso afectaria o desenvolvimento de uma indústria, alguma da qual já foi promissora no País, como a de confecção de vestuário, de calçado, de baterias, de pneus, de montagem de viaturas, de bicicletas, de fósforo e outras? O que é que, além de dinheiro, seria necessário? Outras tensões têm que ver com fraqueza de capital humano (que não se esgota na educação média ou superior), na fraqueza das instituições políticas e económicas e nos desequilíbrios entre o centro e a periferia, bem como na prevalência de um funcionalismo público desmotivado, apático e extremamente mal pago. Abordar estes aspectos vai além de ter dinheiro num Fundo Soberano. Os recursos advenientes da exploração do gás ou do carvão não poderiam ser usados para estruturar uma cadeia de valor fluida da nossa agricultura, alocando dinheiro para a investigação, para sementes melhoradas, para a extensão, para o crédito e seguro agrários, para melhorias na tecnologia de cultivo, para subsídios na aquisição de equipamentos e outros insumos, para a logística e para a comercialização? Estou a falar de um esquema de financiamento como aquele que parceiros internacionais haviam estabelecido, por exemplo, para os zimbabwianos brancos, antes da reforma agrária implementada pelo Presidente Mugabe – investigação robusta, extensão e transferência de tecnologia eficiente, crédito agrário, seguro agrário, subsídios generosos na compra de equipamentos, fertilizantes e outros insumos, acesso irrestrito aos mercados, internos e externos – o mito de que os agricultores brancos do Zimbabwe eram melhores do que os negros na prática da agricultura estava ancorado neste influxo de recursos. Tudo isso tendo em conta as tensões de desenvolvimento quer internas, quer globais. E sem olvidar a forte possibilidade de as receitas terminarem por estar muito aquém do que se estima, olhando para o contexto de incerteza em relação à exploração do gás. Nem seria a primeira vez que as nossas expectativas são goradas.

É isto que o dinheiro do gás deveria priorizar, se logramos mobilizá-lo. Na agricultura, no turismo, no processamento interno, etc. O nosso turismo pode ver recursos a serem alocados para a construção de hotéis e seu equipamento, incluindo outras amenidades que os turistas demandam, como clínicas, estradas, comunicação fiável e outras? Poderão ser alocados recursos para melhorar a gestão, incluindo o *marketing*, das oportunidades turísticas que Moçambique apresenta? Quem fala do turismo e da agricultura fala da industrialização, da adição de valor às nossas exportações de gás, de carvão, de rubis, de pedras preciosas, de ouro, de diamantes, de madeira, de castanha de caju, de produtos agrícolas. Tudo isto criaria empregos e outras oportunidades para os rapazes e meninas dos Madzukanes deste vasto Moçambique. E essas terras a que estamos indelevelmente ligados ganhariam novos aromas e novas luminosidades que reforçariam os vínculos que com eles temos.

Qualquer estratégia de desenvolvimento económico que se apoia basicamente na filosofia do gradualismo pode levar-nos, como País, à frustração. Recursos financeiros, quando disponíveis, deveriam ser usados para desbloquear a inércia inicial da estagnação económica.

É desbloqueando essa inércia que a jornada da economia em direcção a níveis elevados de produtividade e de rendimentos pode ser assegurada.

Em economia, assume-se que um programa de investimentos não pode ser implementado sem poupanças. No entanto, não é possível ter os necessários níveis de poupança em países subdesenvolvidos como o nosso, pois as poupanças são baixas primariamente porque os rendimentos são baixos. Daqui pode-se inferir que, como país subdesenvolvido, Moçambique está num círculo vicioso, o que em última análise leva a concluir que um grande incremento inicial dos rendimentos terá de provir de um grande incremento inicial no investimento nacional. O que se sugere é que um grande e abrangente pacote de investimento pode ser necessário para catapultar o desenvolvimento e a diversificação económicos. Uma acção concertada nesta direcção aumentaria os níveis de emprego, de rendimentos, de poder de compra na sociedade e, em consequência, da demanda agregada.

Costuma-se, geralmente, contrapor a qualquer ideia de investimento massivo na esfera produtiva e na área social algumas implicações negativas, como, por exemplo, que: (i) a capacidade institucional e administrativa em países subdesenvolvidos como o nosso é muito fraca para absorver os impactos de um grande influxo de investimentos que dependeriam de uma extensiva intervenção do Estado para lidar com as imperfeições do mercado; (ii) pode haver a tendência de privilegiar a industrialização por acreditar que o sector manufatureiro seja, inerentemente, melhor veículo para o crescimento económico, em detrimento da agricultura. Todavia, num país como o nosso, para um crescimento balanceado da economia, a agricultura requereria, também, investimentos igualmente maciços; (iii) os longos períodos de gestação dos investimentos podem induzir uma pressão inflacionária devido à escassez de bens de consumo. Nas últimas décadas, a discussão sobre as possibilidades de mudanças no mundo rural têm sido dominadas, por um lado, por uma visão populista que, na essência, recupera um certo mito de essencialismo campestino que professa a impossibilidade de progresso e a inevitável morte de todas as teorias de transformação agrária, incluindo a economia política marxista. Por outro lado, cresce uma visão de criticismo ao populismo e de avaliação das diferentes vias para uma transição agrária promotora do desenvolvimento. Para estes autores, a ausência de desenvolvimento estaria ligada à incapacidade de gerar recursos para a industrialização. Para estes autores, a questão central seria como, num contexto de subdesenvolvimento, os recursos para acumulação poderiam ser mobilizados para o que permanece uma agricultura economicamente atrasada. Por esta razão, os autores argumentam que tanto as motivações como os objectivos de qualquer reforma agrária deveriam ser avaliados em função das necessidades da indústria. Um aspecto central de toda esta equação seria a dos termos de troca, mas acredita-se que tenderiam a ser mais equilibrados à medida que surja uma classe capitalista agrária, susceptível de pressionar as políticas de preço a favor do sector agrário. Embora pertinentes, estes pontos, mais do que paralisar a

vontade de progresso de toda uma nação, devem antes convocar-nos para reinventarmos as nossas instituições, os processos administrativos, a capacidade de intervenção do Estado e a capacidade empreendedora local. Um aspecto que parece essencial é que o Estado precisa de se capacitar para atrair, compensar e reter os melhores quadros que o País possui.

Um outro desafio seria o de integrar toda a sociedade no debate sobre as melhores opções de alocação de recursos, incluindo a definição dos objectivos, resultados pretendidos e mecanismos de avaliação. Num contexto de uma cada vez maior difusão das tecnologias de informação, parece que o desafio da transparência é menos dantesco do que há meros cinco anos. Como a gestão das últimas eleições autárquicas (de 2023) mostra, a sociedade moçambicana tem vindo a provar a sua capacidade para velar pela transparência na gestão dos assuntos públicos. O maior desafio, quiçá, será o de integrar essa crescente capacidade numa matriz nacional de boa governação.

CONCLUSÃO

A “doença holandesa” no mundo vem a ser cada vez mais discutida, e suas teorias, tentando prová-la ou descartá-la, vão sendo ampliadas e obtendo um papel mais actual e dinâmico, já que os dados utilizados nas pesquisas empíricas carecem de actualização permanente para poder ter-se uma posição sempre actual de se está a ocorrer, a começar a ocorrer ou se irá ocorrer. Tendo como principal contribuição desses pontos de vistas contrários, o destaque vai para a necessidade de um estudo mais sério sobre a formulação de um planeamento político e económico estruturados, que pode incluir acções de diversificação económica, de promoção e apoio à emergência de outros sectores que criem emprego e riqueza. No fundo, o bem-estar das próximas gerações, mais que à existência de poupanças em numerário depositadas em praças financeiras internacionais, dependerá sobretudo de uma economia cada vez mais produtiva, com boas infraestruturas, com educação de qualidade, com um sistema de saúde adequado e com rendimentos para as famílias que confirmam uma vida cada vez mais digna. Portanto, a ênfase deverá estar centrada numa reestruturação da economia nacional para torná-la mais competitiva e produtiva.

O Fundo Soberano pode, eventualmente, vir a ser um dos instrumentos desse processo, mais sério, de formulação de um planeamento político e económico estruturados para aproveitar os impactos económicos advindos do enorme potencial de exploração do petróleo; e também a formulação de medidas e políticas que poderão diminuir e/ou neutralizar os possíveis efeitos macroeconómicos indesejados, como a presença de uma doença holandesa na economia, sobretudo se Moçambique vier a ter um *boom* na exploração dos seus vastos recursos naturais, com receitas líquidas avassaladoras. O Fundo Soberano que tenho em mente é aquele cujo objectivo principal seria o de elaborar uma carteira de investimentos que consiga gerar boa

rendibilidade a longo prazo, fornecendo ao País uma capacidade de se financiar a longo prazo ou, melhor ainda, desenvolver o País de modo a criar um melhor futuro para os seus habitantes, de HOJE e de amanhã. Não seria um Fundo Soberano para exhibir perante o FMI, o Banco Mundial ou perante os doadores, no meio da persistência de manifestações verdadeiramente abjectas de miséria. Seria um Fundo Soberano que responde às necessidades objectivas de Moçambique.

REFERÊNCIAS

- Bresser-Pereira, L.C. (2008) “A doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem Ricardiana”, *Brazilian Journal of Political Economy*, 28, pp. 47–71.
- Castel-Branco, C.N. (2015) ‘Capitalizando» o capitalismo doméstico: porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique’, in L. de Brito *et al.* (eds) *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 123–156.
- Muianga, C. (2019) “Investimento, Recursos Naturais e Desafios Para Moçambique”, in *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 147–164. Available at: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/art_cmuianga.pdf.
- Nakahodo, S.N. & Jank, M.S. (2008) “A Falácia da Doença Holandesa no Brasil”, *Revista de Economia Política*, 28, pp. 72–96.
- Nassif, A. (2008) “Há evidências de desindustrialização no Brasil?”, *Revista Economia Política*, 28, p. 72-96.

